

Avanço da ofensiva neoliberal-imperialista e os direitos das mulheres: uma análise marxista

Nátaly Barbosa de Alcantara

Cléo Cunha Peixoto

Resumo

O avanço do neoliberalismo tem impactado diretamente as pautas feministas, transformando a luta coletiva das mulheres em um discurso individualista e mercadológico. Este artigo analisa, sob uma perspectiva marxista, como a hegemonia neoliberal cooptou o feminismo, esvaziando seu caráter político e estrutural ao associá-lo a conquistas individuais e ao consumo. Além disso, investiga-se a relação entre a divisão sexual do trabalho e a manutenção do patriarcado dentro do capitalismo, evidenciando como o trabalho feminino – tanto reprodutivo quanto produtivo – é essencial para a acumulação de capital. Também se discute o papel do discurso religioso na perpetuação da subordinação feminina, demonstrando como a ascensão do fundamentalismo cristão reforça a naturalização de papéis de gênero e restringe direitos sexuais e reprodutivos. A partir da teoria da reprodução social, argumenta-se que a opressão das mulheres não pode ser dissociada da estrutura capitalista e que a verdadeira emancipação exige uma luta coletiva contra a exploração de classe, gênero e raça.

Palavras-chave: feminismo; neoliberalismo; capitalismo tardio; direitos reprodutivos; patriarcado.

Introdução

O capitalismo, ao longo de sua história, demonstrou uma capacidade inerente de adaptação, apropriando-se de pautas sociais e reconfigurando discursos emancipatórios para preservar sua estrutura. Conceitos originalmente vinculados à luta coletiva por direitos foram esvaziados e incorporados ao discurso neoliberal, adquirindo um caráter individualista e tornando-se instrumento para perpetuação da hegemonia patriarcal e capitalista.

Esse processo de cooptação não ocorre por coerção direta do Estado ou de grandes corporações, mas pela construção de narrativas que despolitizam movimentos e consolidam o discurso hegemônico. A partir da Análise Crítica do Discurso (ACD), proposta por Norman Fairclough e fundamentada na teoria gramsciana, examina-se como a hegemonia opera pela conquista do consenso, naturalizando valores que perpetuam a exploração das mulheres no capitalismo.

Além da cooptação ideológica, é fundamental observar a materialidade da exploração das mulheres dentro do sistema capitalista. Como demonstrado por Silvia Federici, a transição para esse sistema intensificou a dominação patriarcal, no qual o corpo feminino foi apropriado em instrumento de reprodução de força de trabalho e acumulação de riqueza. A caça às bruxas, tema amplamente explorado pela autora, marcou essa subjugação ao retirar das mulheres o controle sobre sua capacidade reprodutiva, consolidando uma divisão sexual do trabalho funcional à acumulação capitalista.

No capitalismo tardio, essa estrutura se mantém, articulando-se a novas roupagens. A ascensão do fundamentalismo cristão, especialmente em suas vertentes neopentecostais e a aliança com o neoliberalismo, reforça normas patriarcais e limita direitos reprodutivos, reduzindo as mulheres à sua função biológica e ao trabalho precarizado. Segundo Federici, essa submissão não é um fenômeno natural da história, mas uma necessidade estrutural do capital para garantir a reprodução da força de trabalho e perpetuar as relações de exploração.

Este artigo, portanto, busca analisar criticamente como a ofensiva neoliberal-imperialista impacta os direitos das mulheres na atualidade, explorando mecanismos de hegemonia e a consequente cooptação de pautas feministas, bem como a interseção entre a divisão sexual do trabalho e o discurso religioso na perpetuação da opressão feminina. A partir de uma perspectiva marxista e fundamentada na teoria da reprodução social, pretende-se demonstrar que a luta feminista não pode ser disassociada da crítica ao sistema capitalista e suas formas de dominação, destacando a necessidade de organização coletiva contínua para enfrentamento e resistência da estrutura patriarcal.

Hegemonia, cooptação de pautas pelo neoliberalismo e exploração do corpo feminino no capitalismo tardio

A libertação feminina como associação às conquistas e processos individuais tem sido um dos artifícios do capitalismo para cooptar pautas femininas, apagando o enredo das lutas feministas para obtenção de lucro. Ter conhecimento da história das mulheres e dos mecanismos que estruturam sua opressão é indispensável à sua emancipação, como reforça Lerner (2019). No entanto, observa-se uma estratégia crescente de afastamento das mulheres do conhecimento e das lutas feministas, direcionando sua atenção para o consumo. O avanço do neoliberalismo e a fluidez com que o capitalismo se adapta são responsáveis por esta realidade, fundamentada sobretudo na dominação pelo discurso hegemônico, em que a eficácia não é pela via coercitiva, mas sim pela transformação do entendimento do indivíduo de que a sua libertação virá de movimentos individuais.

Para explicar e conceitualizar a dominação pelo discurso, utilizaremos o método de Análise Crítica do Discurso (ACD), onde um dos seus principais expoentes, Norman Fairclough, faz considerações relevantes a respeito das relações de poder. De acordo com a ótica de Fairclough e sua teorização sobre o conceito de hegemonia, desenvolvido a partir de Gramsci (1971):

(...) harmoniza-se com a concepção de discurso que ele defende e fornece um modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder que permite um foco particular sobre a mudança discursiva, mas ao mesmo tempo um modo de considerá-la em termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos (...) (FAIRCLOUGH, 2001 p. 122)

A concepção de hegemonia é construída com uma conotação de liderança e ao mesmo tempo de dominação sob os campos político, ideológico, cultural e econômico de uma determinada sociedade:

(...) Hegemonia, dessa forma, é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio instável”. É a construção de alianças e a integração muito mais de que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. É também um foco de constante luta sobre pontos de maior

instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. (...) (FAIRCLOUGH, 2001 p. 122)

Dessa forma, a disputa por hegemonia permeia diversos espaços sociais e institucionais, que inclui as instituições da sociedade civil, dentre eles, escolas, universidades, sindicatos e até mesmo dentro do âmbito familiar. Importante destacar que este processo de imposição da hegemonia pode se desempenhar com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios, e não em nível da política nacional. Os protagonistas, então, não são classes ou forças políticas ligadas de forma relativamente direta a classes ou a blocos, mas professores e alunos, a polícia e o público ou mulheres e homens.

Fairclough também define hegemonia como as relações de dominação baseadas mais no consenso do que na coerção, envolvendo a naturalização de práticas e suas relações sociais bem como as relações entre as práticas como questões do senso comum. Daí o conceito de hegemonia enfatizar a importância da ideologia em conquistar e manter as relações de dominação (FAIRCLOUGH E CHOULIARAKI, 1999). Nesse sentido, isto pode ser visto em termos da hegemonia como uma universalização do particular, isto é, reivindicações universais são feitas para um ponto de vista dentre vários (FAIRCLOUGH, 2003). Assim, o discurso, incluindo o domínio e a naturalização de determinadas representações é um aspecto significativo da hegemonia e luta pelo discurso hegemônico (FAIRCLOUGH, 2003).

Um exemplo desse mecanismo de controle a partir do discurso hegemônico pode ser visto na origem do termo "empoderamento" e, na forma como o mesmo é empregado na atualidade. "Empoderamento" é um neologismo criado por Paulo Freire, que faz menção ao termo, do inglês, "empowerment". Embora não haja uma precisão do exato momento histórico, a década de 70 foi marcada pelo florescimento de movimentos sociais e políticos de libertação das mulheres, fim das opressões raciais e direitos civis e, portanto, o termo "empowerment" emerge como um debate teórico em torno das relações de poder individual e coletivo.

Em 1995, a United Nations realiza a Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, em que é adotada uma "agenda para o empoderamento feminino". Iniciou-se, portanto, um movimento global para associar poder feminino às

conquistas profissionais individuais. "Empoderamento" tornou-se a palavra-chave de desenvolvimento com exemplos de mulheres em cargos de liderança, cargos políticos, ocupando certos espaços originalmente masculinos e, rapidamente, a questão central política e social do termo foi extirpada.

O mercado se apropriou do termo e despolitizou-o, transformando cada vez mais a noção de que poder e libertação feminina era sinônimo de consumo -um consumo sobretudo estético). Campanhas de marketing, slogans de lojas e revistas, chamadas para vendas de cursos, tatuagens, broches, camisetas, tudo fazia menção ao empoderamento feminino com uma justificativa de aumento da autoestima e liberdade. Outros artifícios também foram utilizados para reforçar a relação entre consumo e poder, como a utilização de campanhas com mulheres negras e/ou mulheres com corpos distintos, por exemplo.

A consequência evidente desta cooptação de movimento foi o distanciamento das mulheres ao movimento feminista para a manutenção e adaptação do patriarcado, gerando reflexos como o enfraquecimento das lutas coletivas, o fortalecimento e a perpetuação de violências, o adoecimento de mulheres, uma vez que cristaliza-se a ideia de que conquistas e vitórias individuais de mulheres são sinônimos de emancipação.

Uma das problemáticas desta ideia liberal e individualista é também a progressiva falta de percepção das intersecções de raça, classe e gênero que fundamentam a opressão feminina. A libertação racial é essencial e indissociável à sexual. Suas assimetrias tornam-se evidentes ao relembrarmos o emblemático discurso de Sojourner Truth, na Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, em Akron, Ohio. Derrubando as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio, utilizou-se de uma lógica irrefutável:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu adorei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou

uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (DAVIS, 2016. P. 95)

Se a libertação racial e sexual são, portanto, indissociáveis, também é essencial reconhecer que não somente o acesso ao poder dentro das estruturas capitalistas não ocorre de maneira igualitária entre as mulheres, como as suas violência e exploração não se dissipam com a conquista de espaços tradicionalmente masculinos, pelo contrário: a exploração sobre as funções produtivas e reprodutivas é mantida sem alteração da sua estrutura. Portanto, considerar uma maior participação de mulheres no mercado de trabalho não as isenta da opressão sexual, uma vez que a violência pode se manifestar em outras esferas de sua vida, como no ambiente doméstico, por exemplo, evidenciando a falácia de que o avanço profissional, sob uma perspectiva individualista, poderia ser sinônimo de emancipação.

Em 1884, Friedrich Engels aponta a imposição do modelo de família monogâmica às mulheres como forma de garantia à propriedade masculina através da herança dos filhos, o que culminou em um afastamento significativo das mulheres da produção social. Dentre as inúmeras consequências exploratórias, destaca-se a institucionalização da prostituição, na qual mulheres que não puderam permanecer no ambiente doméstico foram forçadas a vender sua única mercadoria: seus corpos. À medida que os séculos avançavam, a independência financeira da mulher, refletida em pautas como a possibilidade de trabalho assalariado, como desenho de libertação, começou a ser uma reivindicação das feministas. Logo, o trabalho, ao longo da história, embora seja o elemento central na produção e reprodução da vida dos indivíduos, assume significados diametralmente opostos para homens e para mulheres. As posições sociais que trabalhadores e trabalhadoras ocupam na estrutura produtiva não apenas variam, mas também refletem desigualdades estruturais. Para os homens, o trabalho assalariado, ainda que marcado pela precarização e pela exploração, é associado à subsistência familiar e ao seu papel econômico. Para mulheres, no entanto, o trabalho é adicionalmente uma estratégia de resistência, uma alternativa e um enfrentamento à violência histórica e cotidiana que marca suas trajetórias. Essa dicotomia pode ser observada se voltarmos para o início da década de 1950 nos Estados Unidos, onde

houve uma mudança na função da prostituição e o acesso -limitado- das mulheres aos seus próprios salários começou a se consolidar, aponta Federici:

(...) a fábrica ou o escritório muitas vezes representavam, para as mulheres, a sua única alternativa ao trabalho doméstico não remunerado, ao seu isolamento dentro da família e à subordinação aos desejos do marido. Não por acaso, os homens por muito tempo viram o segundo emprego das mulheres como a antessala da prostituição. Até a explosão da luta pelo bem-estar social, trabalhar fora era muitas vezes a única maneira que as mulheres tinham de sair de casa, conhecer pessoas, escapar de um casamento insuportável. (FEDERICI, P. 127)

Se, historicamente, a inserção das mulheres no trabalho formal foi uma estratégia de resistência, isso não significou uma libertação das dinâmicas de exploração impostas pelo capitalismo, principalmente no que tange à exploração dos corpos femininos e de sua capacidade reprodutiva. O corpo feminino sempre esteve no centro das relações de dominação, operando como um duplo espaço de expropriação: tanto como força de trabalho quanto como meio de reprodução da própria força de trabalho. Um dos marcos dessa consolidação, como apontado por Federici, pode ser observado na caça às bruxas, em que buscou-se destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva para posteriormente um regime patriarcal mais opressor. (FEDERICI, 2023, P. 33). O corpo, no capitalismo, é transformado em meio de reprodução da força de trabalho e de acumulação de capital, assumindo, o mesmo papel que a fábrica ocupa para os trabalhadores homens, como aponta Federici:

(...) na sociedade capitalista o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Neste sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos - maternidade, parto, sexualidade -, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres. O corpo pode ser tanto uma fonte de identidade, quanto uma prisão. (FEDERICI, 2023. P. 35)

Fazendo um paralelo com a atualidade e, retomando a hegemonia do discurso, observa-se a contínua reivindicação pela descriminalização do aborto e luta pela garantia de autonomia do corpo feminino. Esta pauta foi originalmente

sintetizada e utilizada com o slogan de "Meu corpo, minhas regras", no entanto ao tentarmos continuamente colocar em prática este direito, diversas violências e imposições se manifestam, reduzindo-o ao que inicialmente poderíamos considerar como revolucionário à mero instrumento de manutenção do que estamos querendo combater. Sendo assim, o slogan passa a ser reinterpretado não como uma reivindicação política, mas sim como uma falsa sensação de liberdade com relação aos mais diversos aspectos do corpo feminino, inclusive e convenientemente voltados à sexualidade e a reivindicação à nudez. Afinal, "meu corpo, minhas regras", portanto, "meu corpo, minha nudez".

Essa inversão de significados corrobora com a manutenção da violência sistemática contra as mulheres, uma vez que ela não ocorre apenas pelo controle direto sobre sua reprodução, mas pela incorporação de todas as formas de exploração que perpetuam essa dominação, camuflando o propósito subordinador à um desejo feminino. Com isso e, com o auxílio de tecnologias reprodutivas, novas formas de exploração surgem, reduzindo mulheres à sua função biológica para atender às demandas do capital, como pontua Federici e, justificadas e fundamentadas em progressos e avanços tecnológicos:

(...) muito da violência empregada é dirigida contra as mulheres, porque, na era do computador, a conquista do corpo feminino continua sendo uma pré-condição para a acumulação de trabalho e riqueza, tal como demonstra o investimento institucional no desenvolvimento de novas tecnologias reprodutivas que, mais do que nunca, reduzem as mulheres a meros ventres. O capitalismo, enquanto sistema econômico-social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo. No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas. (FEDERICI, 2023. P. 40)

Assim, a articulação entre capitalismo, patriarcado e racismo evidencia que a exploração do corpo feminino não é um resquício de um passado opressor, mas uma necessidade estrutural da economia capitalista. Como conclui Federici (2023), o capitalismo não pode ser associado a qualquer forma de libertação genuína, pois sua longevidade depende da contínua subjugação das mulheres:

(...) É, portanto, impossível associar o capitalismo com qualquer

forma de libertação ou atribuir a longevidade do sistema à sua capacidade de satisfazer necessidades humanas. (FEDERICI, 2023. P. 40)

Dessa maneira, a exploração do corpo feminino segue sendo um elemento central da acumulação capitalista, demonstrando que qualquer projeto de emancipação das mulheres precisa necessariamente passar por uma crítica radical ao sistema econômico que sustenta e perpetua sua opressão.

Divisão sexual do trabalho e discurso religioso para manutenção do capital

O atual cenário sociopolítico mundial utiliza de variados instrumentos para manutenção do capital e da estrutura patriarcal. Com avanço da tecnologia, das lutas sociais e dos eventos históricos marcados pelo avanço do marxismo, o capital se “reinventa” com objetivo de superar as crises orgânicas necessárias para sua perpetuação. O modo de se reinventar, na realidade é cada vez mais arcaico, pois instaura no discurso hegemônico a nostalgia de um passado onde tudo funcionava de acordo com as regras de uma sociedade cristã, pautada na eurocentralidade. Adicionando o neoliberalismo nesta equação, alcançamos novas maneiras de fascismo e nazismo, retirando direitos conquistados sobretudo, das mulheres, que são a engrenagem de manutenção da classe subalterna.

Para explorarmos o conceito de divisão sexual do trabalho é necessário que haja um aparato teórico. Dessa forma, Silva Federici escreve que a construção de uma nova ordem patriarcal, remodelou a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres tornam-se servas da força de trabalho masculina, sendo uma organização fundamental para o desenvolvimento do capitalismo. Sendo uma relação de poder, uma subdivisão dentro da divisão maior que é a divisão internacional do trabalho. Ou seja, o trabalho desenvolvido pelas mulheres, que não é remunerado, como o cuidado dos filhos, da casa e do marido, são essenciais para que haja mão de obra no mercado de trabalho. Sem as mulheres, não há o início da vida e a manutenção dela.

(...) a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. (FEDERICI, 2023, P. 232)

A autora define que a acumulação primitiva é a acumulação de desigualdades, hierarquias e divisões que segregam a classe trabalhadora, ocasionando na alienação desta classe, fato importante para discutirmos o atual bloco histórico que estamos inseridos e como chegamos numa fase tão ímprobo do capitalismo. Apesar da estrutura de uma sociedade patriarcal ser historicamente pré-capitalista, o avanço do capitalismo dependeu muito desta condição para se estabelecer. Engels (1976) define o patriarcado como acúmulo e transmissão de riquezas por parte dos homens, mas para além do capital, existe uma lógica social de proteção entre homens que estabelece o patriarcado. Logo, os corpos das mulheres são mais uma acumulação, como uma propriedade. Para Arruzza, o patriarcado é a estrutura de poder fundamental do capitalismo, já que sem as mulheres, sobretudo as não-brancas e oriundas da classe trabalhadora, não há a garantia da geração, da educação e da manutenção da mão-de-obra essencial para a ordem do capital.

Com esse cenário hegemônico, surge a figura da “dona de casa” que tem a responsabilidade de promover a reprodução social através do trabalho doméstico e/ou reprodutivo. Para exercer tal função, mulheres são criadas e educadas desde seu nascimento para obterem “competências” necessárias para tal. Não só a família, mas toda a sociedade é responsável por essa condição. Para Gramsci a hegemonia age através de alguns agentes, sendo o Estado um dos principais perpetuadores da lógica capitalista por meio da hegemonia couraçada de coerção. Para o autor, a hegemonia política encontra a sociedade civil e a sociedade política, por meio do consenso e da força. Dessa maneira, há a falsa sensação de liberdade no capitalismo, onde a classe trabalhadora não é livre de absolutamente nada, nem de escolher seu próprio destino, já que as condições políticas e sociais determinam o futuro de muitos dos nossos, sobretudo das mulheres.

Com resistência e luta, muitas mulheres buscaram distanciar-se dessa lógica patriarcal, na idade média tivemos o exemplo das bruxas, nas américas tivemos as mulheres indígenas que antes da colonização já organizavam-se em sociedades matriarcais, tal como sociedades em África. Durante a Revolução Francesa, inspirada nos ideais iluministas surge a primeira onda feminista, marcada pela luta de igualdade jurídica e política, como direito ao voto, fim de casamentos arranjado, regulamentação do direito à propriedade, divórcio e controle de natalidade, sendo conhecidas como sufragistas. Na segunda metade do século XX acontece outra

onda feminista, dessa vez outros continentes são afetados e mulheres de várias regiões do mundo lutam por direitos de trabalho e de reprodução. As lutas geram resultados de direitos garantidos constitucionalmente em muitos países, contudo, com o avanço dos estágios do capitalismo, os direitos que pareciam irrisórios para a acumulação primitiva do capital passam a incomodar significativamente, principalmente os direitos sexuais e reprodutivos.

A necessidade de reinvenção das manobras do capital, juntamente com as crises orgânicas desenvolvem nossos mecanismos de funcionamento, em alguns momentos tivemos aberturas que possibilitaram o avanço de direitos das mulheres, mas na maior parte do período histórico do capitalismo, as mulheres viviam à margem. É importante sinalizar que o processo democrático que a atual ordem hegemônica de economia utiliza como instrumento de consenso, como Gramsci pontua, é na realidade mais uma estratégia de garantia da sensação de liberdade que a sociedade precisa ter para não eclodir. Com essa condição, percebemos que é o lugar de subalternidade que as mulheres ocupam no sistema capitalista.

No atual bloco histórico em que vivemos a política de austeridade é fundamental para a manutenção do capital com o prolongamento da crise orgânica. A partir disso, surge uma onda conservadora em todo o mundo, ganhando mais fôlego em países do centro e sul global, ou seja, a periferia do capital. Com figuras que tornaram-se os rostos representantes dos interesses da burguesia internacional, como Jair Bolsonaro (Brasil), Javier Milei (Argentina), Daniel Noboa (Equador) e Donald Trump (EUA). No Brasil o mito da democracia é ainda mais desafiador, já que vivemos restrições democráticas em função da condição de dependência em que estamos inseridos. Dessa forma, não conseguimos superar algumas circunstâncias do capital, como o reformismo. Como em toda crise, há a necessidade de retomar radicalidades, obviamente o capital busca por alguma que colabore para a superexploração e acumulação de mais-valia, sendo o fascismo e nazismo ideologias que oportuniza todas essas necessidades no atual estágio do neoliberalismo.

Federici ressalta que estamos vivendo o terceiro milênio como o retorno da caça às bruxas. O que nos remete a pensar sobre a realidade distópica desenvolvida por Margaret Atwood, inspirada em alguns fatos da realidade, O Conto da Aia. A narrativa é baseada em casos de opressão, violência e ausência de qualquer tipo de direitos humanos às fêmeas, sendo vistas tal como animais, tendo

como única função a servidão e reprodução da espécie. Como é possível existir uma sociedade em que as mulheres perdem sua condição de humanidade? Em Gilead, o país que impõe essas condições na obra de Atwood, conseguiu se instituir a partir do avanço fascista e conservador, encontrando no fundamentalismo religioso a maneira de convencer a sociedade de que a estrutura baseada em uma religião, a cristã, seria a forma ideal de organização. Ao derrubar o governo, com um exército instituído, Gilead toma o que seria o território estadunidense.

Será que é possível imaginar esse cenário catastrófico em nossa realidade? Estamos observando a construção dessa possibilidade a cada dia. O fundamentalismo religioso que busca no cristianismo maneiras para justificar crimes, insanidades e violências contra mulheres. A principal motivação da necessidade de existir Gilead foi a assustadora queda de natalidade, o que estava impedido a manutenção da ordem do capital, atribuindo às mulheres a culpa por esse fenômeno. Sabemos que o modo capitalista de produção estabelece condições específicas para os processos demográficos, sendo necessário uma estratégia diferente em cada fase do capital. A classe trabalhadora tem que existir dentro dos limites que não prejudiquem a ordem do sistema. Quando há falta de mão de obra, há o avanço de políticas públicas que incentivem a reprodução, da mesma maneira quando há o excesso de mão de obra, há a necessidade de contenção da reprodução. Podemos perceber um paralelo entre os dados de natalidade e o avanço de abertura aos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres, como métodos contraceptivos, legalização do aborto, leis que permitam o divórcio, etc. Ou seja, no início do século XX, até sua segunda metade, vivíamos uma realidade onde o mais interessante para manutenção da ordem capitalista era a contenção reprodutiva.

Contudo no século XXI essa realidade é bem diferente. A taxa de fecundidade que representa o número de filhos vivos nascidos por mulheres na idade reprodutiva caiu de 2,2 em 2000 para uma média de 1,65 filhos em 2020. Em 2022 o IBGE registrou o quarto ano consecutivo de recuo no total de nascimentos do Brasil, sendo o menor patamar desde 1977. Com isso, podemos perceber que vivemos em uma condição diferente nos últimos tempos, onde a necessidade do capital é de retomar o incentivo à reprodução, ocasionando em supressão de direitos das mulheres.

Dessa maneira, a Teoria da Reprodução Social (TRS) nos auxilia com a

análise política e social da atualidade. É uma perspectiva fundamental para entender como a opressão contra as mulheres é formulada e mantida por meio da relação entre reprodução da vida e produção de valor. A TRS interpreta a forma social e histórica do capitalismo, compreendendo as relações de classe, raça e gênero de forma integrativa, já que tais categorias têm uma ontologia em comum, o capitalismo

A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar. [...] O mais importante é que essa teoria nos ajuda a entender quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo (BHATTACHARYA, 2019, p.104, apud ALBUQUERQUE, 2023, p. 287)

Logo, os direitos das mulheres é uma condição que depende essencialmente da normativa do capital. Observamos a crescente do neopentecostalismo no Brasil e no mundo, junto com a ideologia conservadora. Por meio da religião, as mulheres são coagidas a reprodução quase que compulsória, já que quem exige não são os homens, mas sim Deus. A crise de natalidade gera mais formas de violência para mulheres e mais maneiras de produção de lucro para o capital, principalmente de formas ilícitas. Na Geórgia mulheres foram mantidas como escravas sexuais em fazenda de óvulos humanos, sendo alimentadas com hormônios e tratadas como gado, com óvulos removidos e vendidos. O que nos chama atenção para as possibilidades da nossa realidade torna-se uma Gilead.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam que, em 2021, 52% dos estabelecimentos religiosos no país eram evangélicos pentecostais ou neopentecostais. Esse aumento não apenas reflete uma mudança no panorama religioso, mas também uma expansão da influência política desses grupos. Estudos projetam que, até 2026, os evangélicos representarão cerca de 36% da população brasileira, o que pode impactar significativamente as eleições futuras.

A ascensão dessas igrejas está frequentemente alinhada a agendas conservadoras que buscam reforçar papéis tradicionais de gênero e limitar direitos reprodutivos das mulheres. Essa dinâmica se entrelaça com a Teoria da Reprodução Social (TRS), que analisa como o trabalho reprodutivo e doméstico, historicamente atribuído às mulheres, é fundamental para a sustentação do

capitalismo. A divisão sexual do trabalho, que separa o trabalho produtivo (associado aos homens) do reprodutivo (atribuído às mulheres), é uma construção social que perpetua desigualdades de gênero e serve aos interesses capitalistas.

Nesse contexto, o avanço do fundamentalismo religioso atua como um mecanismo de controle social, reforçando normas patriarcais e justificando a superexploração das mulheres. Ao promover a ideia de que o papel primordial da mulher é no âmbito doméstico e reprodutivo, essas ideologias legitimam a desvalorização do trabalho feminino e a perpetuação da desigualdade salarial. Além disso, a interferência religiosa na política resulta em propostas legislativas que buscam restringir direitos sexuais e reprodutivos, afetando diretamente a autonomia das mulheres sobre seus corpos.

A obra "O Conto da Aia", de Margaret Atwood, serve como uma alegoria poderosa para ilustrar os perigos de uma teocracia que subjuga as mulheres, retirando-lhes direitos básicos sob o pretexto de valores religiosos. Embora fictícia, a narrativa ressoa com realidades onde o fundamentalismo religioso ganha terreno, influenciando políticas públicas e cerceando liberdades individuais.

Portanto, é crucial reconhecer e combater as interseções entre neoliberalismo, fundamentalismo religioso e patriarcado. A resistência a essas forças passa pela promoção de políticas públicas que garantam igualdade de gênero, proteção dos direitos reprodutivos e a laicidade do Estado, assegurando que decisões políticas não sejam pautadas por dogmas religiosos, mas pelos princípios de justiça e equidade. Além de compreender que a organização de base política da classe trabalhadora é fundamental para que possamos disputar a hegemonia política e econômica por meio de uma sociedade comunista.

Considerações finais

A análise do avanço neoliberal-imperialista sobre os direitos das mulheres foi evidenciada ao observar a cooptação e o esvaziamento da luta feminina pelo discurso hegemônico capitalista. O feminismo, historicamente estruturado como um movimento de resistência coletiva, está constantemente sendo reformulado para se adequar às dinâmicas do capital. A noção de empoderamento, por exemplo, transformou-se em um produto de mercado, cristalizando a associação entre libertação, consumo e sucesso individual, ao invés da transformação estrutural das relações de poder.

A manutenção da divisão sexual do trabalho e a instrumentalização do discurso religioso são também estratégias para a perpetuação do patriarcado e da exploração feminina no capitalismo. A desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho—seja pela precarização das ocupações femininas, seja pela sobrecarga do trabalho reprodutivo e doméstico não remunerado—demonstra que a subordinação feminina é funcional à reprodução e acumulação capitalista.

O discurso religioso, por sua vez, emerge como um aliado estratégico na sustentação dessa estrutura. Promovendo uma visão conservadora, o avanço do fundamentalismo religioso, especialmente em países periféricos e do sul global, tem se traduzido em retrocessos legislativos e institucionais ao restringir direitos sexuais e reprodutivos e consolidar modelos de família tradicionais.

Diante desse cenário, a superação da opressão feminina exige uma crítica radical ao sistema capitalista e suas formas de dominação. A luta feminista precisa ser resgatada em sua essência coletiva, articulada às lutas de classe e antirracistas, de modo a enfrentar as estruturas que sustentam a exploração e a desigualdade. Somente por meio de uma mobilização política ampla, que questione a lógica neoliberal e suas estratégias de controle, será possível construir caminhos para uma emancipação genuína das mulheres, baseada na transformação das relações sociais e econômicas.

Referências

ALBUQUERQUE, Danielle; PEREIRA, José. Teoria da Reprodução Social: a crise do trabalho reprodutivo educativo no contexto neoliberal e de crise pandêmica no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 3, p. 282-301, 2023.

BULHÕES, Larissa. As pautas feministas ameaçam a unidade classista? Uma análise marxista das desigualdades de gênero no capitalismo com foco na conjuntura brasileira. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 15, n. 3, p. 93-114, 2023.

CAMACAM, Samantha; DE SOUZA RIBEIRO, Letícia; PASQUALINI, Juliana Campregher. Mulheres brasileiras face ao avanço do neoliberalismo e da extrema-direita. **Lutas Sociais**, v. 23, n. 42, p. 124-138, 2019.

CARTA CAPITAL. Empoderamento e os perigos do esvaziamento de conceitos, 2019. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/opiniao/empoderamento-e-os-perigos-do-esvaziame>

[nto-leviano-de-conceitos/](#). Acesso em: 18 fev. 2025.

DAILY MAIL. Women were ‘slaves on human egg farm’ run by gangsters. *Daily Mail*, 16 fev. 2025. Disponível em:

<https://www.dailymail.co.uk/news/article-14372569/Women-slaves-human-egg-farm-gangsters.html>. Acesso em: 18 fev. 2025.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Editora Boitempo, 2016.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado, 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **A dialética do discurso**. Revista Teias, 2010.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical discourse analysis as a method in social scientific research**. London: Sage, p. 121-138, 2001b.

FEDERICI, Silvia. **Além da Pele**. Editora Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**. Boitempo Editorial, 2019.

GIUSTINA, Emilie Faedo Della; LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. Relações sociopolíticas brasileiras: análise gramsciana de elementos contextuais nacionais. **Revista Katálysis**, v. 20, p. 75-83, 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere (Vol. 1): Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Civilização brasileira, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Em 2022, número de nascimentos cai pelo quarto ano e chega ao menor patamar desde 1977. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39560-em-2022-numero-de-nascimentos-cai-pelo-quarto-ano-e-chega-ao-menor-patamar-desde-1977>. Acesso em: 18 fev. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Crescimento dos estabelecimentos religiosos no país é liderado por igrejas pentecostais e neopentecostais. *IPEA*, 2023. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/14594-crescimento-dos-estabelecimentos-religiosos-no-pais-e-liderado-por-igrejas-pentecostais-e-neopentecostais>. Acesso em: 18 fev. 2025.

JORNAL DA USP. O desgaste de termos como “empoderamento” e “protagonismo”. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/artigos/o-desgaste-de-terminos-como-empoderamento-protagonismo/>. Acesso em: 18 fev. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho. *Universidade de São Paulo (USP)*, [s.d.]. Disponível em:

https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/862885/mod_resource/content/0/Daniele%20Kergoat%20Divis%C3%A3o%20sexual%20do%20trabalho.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix, 2020.

LIGUORI, Guido. **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Boitempo Editorial, 2017.

LOLE, Ana; STAMPA, Inez. Hegemonia, democracia e conservadorismo no Brasil contemporâneo. In: **IV Conferência Internacional Greves e Conflitos Sociais. São Paulo: FFLCH-USP**. 2018.

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares; OLIVEIRA, AL de. Cortina de fumaça ou misoginia? Desvelando a relação intrínseca entre avanço do conservadorismo moral e da austeridade econômica no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 10, n. 1, p. 131-159, 2023.

PODER360. Crescimento dos evangélicos no Brasil: projeções e impactos sociais. *Poder360*, 2025. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2025/02/Mar_Asset_Evangelicos.pdf. Acesso em: 18 fev. 2025.

REDALYC. "EMPODERAMENTO": fundamentos históricos e ideológicos e práxis política feminista. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321171943020/html/#fn8>. Acesso em: 18 fev. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. **(No Title)**, 1969.

UNWOMEN. Fourth World Conference on Women. Disponível em: <https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/plat1.htm>. Acesso em: 18 fev. 2025.